

Embora o título deste capítulo sugira a tarefa muito ambiciosa de desvendar a gênese da *racionalidade lógica*, na acepção que logo será precisada, cabe-me esclarecer que apenas conduzirei o leitor por um breve excursão ao longo de algumas fases da história, algumas delas concomitantes à emergência desse fenômeno.

Toda narrativa que se pretende não fictícia cuida da seqüência de fatos históricos. Ora, ao tratarmos de um fato histórico, não estamos propriamente descrevendo-o mas descrevendo nosso conhecimento desse fato. Além disso, como os fatos não se sucedem de acordo com um diagrama unifilar, impõe-se sempre a escolha dos fatos que serão considerados. Em que pese ao nosso esforço por evitar os vários preconceitos, serão determinantes dessa escolha os pontos de vista dos quais contemplamos o passado. Assim, por percebermos o mundo através de uma rede de convenções, que varia de uma a outra cultura, a cultura em que estamos inseridos intervirá tanto na escolha quanto na descrição dos fatos históricos. E, surpreendentemente, também serão determinantes os pontos de vista dos quais contemplamos o futuro, pois "a leitura da história do mundo se articula sobre uma vontade de transformá-lo" (Le GOFF 1990, p. 11).

A fim de afastarmos certos pressupostos que, amiúde, se introduzem insidiosamente no texto, convido os leitores a adotarem ambas as normas metodológicas seguintes:

- a) Não submeter outras culturas a "um sistema de conceitos que lhes é essencialmente inadequado" (JAEGER 1989, p. 6), o que conduziria a falsificações históricas.
- b) Recusar o aforismo de que "o transcorrer do tempo comporta um progresso inexorável" (MAZZOLENI 1992, p. 101).

Antes de iniciarmos o nosso percurso histórico, devemos instituir uma nomenclatura que será adotada consistentemente em nossa discussão. Contrariando o uso habitual destes qualificativos, distinguirei duas modalidades de pensamento: a pragmática e a racional. (Talvez o qualificativo *causal* fosse preferível a *racional*. Mas a consideração de *causas finais* proíbe a sua escolha. Também o qualificativo *racional* tem seus inconvenientes nesse contexto, pois já foram usadas, por Immanuel Kant, as expressões *razão pura* e *razão prática*; e WHITEHEAD (1988, p. 9) refere a *razão pragmática*.)

- a) A modalidade pragmática volta-se para os resultados da atividade humana. Foi essa a modalidade dominante entre os antigos egípcios, quando edificaram as portentosas pirâmides, testemunhos eloqüentes não apenas da imaginação e da técnica de construção como também da habilidade administrativa. Essa modalidade de pensamento tampouco era estranha ao espírito grego pois, no século VI a. C. (por volta de 530 a. C.), o arquiteto Eupalino construiu em Samos, através de um monte, um aqueduto retilíneo com um quilômetro de comprimento, *sem orifícios para regular a direção*. (Esse aqueduto foi descrito por Heródoto e encontrado em 1882 por arqueólogos.)

Uma das formas de pensamento pragmático é o pensamento mágico, segundo o qual alguns rituais têm a capacidade de despertar energias que poderão ser usadas pelo mago para os fins que ele quiser. Esse modo de pensar subjaz à atitude do guerreiro que conserva a espada de um antagonista vencido, para dispor de sua força e de sua coragem, bem como à atitude dos estudantes universitários que guardam carinhosamente os farrapos da camisa de seu cantor preferido.

b) A modalidade racional volta-se para as origens dos fenômenos observados. Nessa modalidade encontramos a *racionalidade mítica* e a *racionalidade lógica*, ambas centradas na busca de explicações. Proponho que chamemos racionalidade lógica à busca de explicação dos fenômenos, atribuindo-lhes causas que comunhem a mesma natureza que os seus efeitos. A distinção entre os dois modos de racionalidade reside, pois, no tipo de explicação a que recorrem. Mas a distinção nítida entre esses qualificativos não é pacífica. Já na língua grega, os vocábulos *mythos* e *lógos* são partícipes comuns de várias acepções, como *palavra*, *ordem* e *conversa*ção.

O vocábulo *lógos* é um termo usado por pensadores de tendências diversas. Heráclito de Éfeso empregou-o para designar a razão universal, idêntica à regularidade cósmica impessoal. Já entre os estóicos, por exemplo, *lógos* era um princípio divino que permeia e sustenta o mundo.

O vocábulo *mythos*, nos textos gregos mais antigos, indicava *o que realmente aconteceu*. Com o descenso do tempo, talvez em oposição a *lógos*, adquiriu a conotação de lenda, vinculando-se à poesia criativa, como em *mythopoíêma*, a ficção poética.

Afirma-se que a "racionalidade mítica envolve uma ambigüidade" (ANDERY 1996, p. 31), cabendo "ao período que se segue superar a ambigüidade contida no mito e dar um novo caráter à elaboração do pensamento" (*ibidem*), o que não significa que essas duas modalidades de pensamento não possam coexistir em uma mesma cultura. Pensadores hodiernos vêm em certos movimentos sociais contemporâneos a persistência de antigos mitos escatológicos, como a redenção pelo justo (o eleito, o ungido, o inocente; em nossos dias, o proletariado) e a idade de ouro (em nossos dias, a sociedade sem classes), que constituiria o início e o fim da história.

Podemos afirmar, pelo menos, que a racionalidade lógica emergiu *depois* que a racionalidade mítica já estava instituída. Contudo, *post hoc* não equivale a *propter hoc* e a oposição entre *mythos* e *lógos* se situa em outro nível. Podemos acentuar que o *lógos* refere um fenômeno que se atualiza, quando é enunciado; e que o *mythos* descreve um fenômeno atualizado antes de ser revelado, correspondendo a oposição talvez à existente entre *o patente* e *o latente*. A esse respeito, cabe lembrar que, na língua grega, o termo que designa *verdade* é *alêtheia*, o qual, por acréscimo do prefixo *a*, que denota ausência, deriva de *lêthê*. Essa palavra, que é cognata ao vocábulo português *latente* (através do verbo latino *latêre*, estar escondido), significa *esquecimento*, o que pode sugerir que a verdade se obtenha por desvelamento de algo que foi esquecido.

Mas a correspondência entre *lêthê* e *esquecimento* não é exata, pois, entre os gregos, "esquecer é um acontecimento ontológico em que o homem se realiza, na medida em que os descobrimentos e as revelações lhe encobrem sua própria realização" (LEÃO 1992, p. 16). Esclarece esse autor (*ibidem*) que, entre os gregos,

"a experiência fundamental de ser e realizar-se de todo real é a integração de latência e patência, é a síntese de velamento e revelação, é o movimento de encobrir e descobrir, é a conjugação de mostrar-se e esconder-se da realidade".

Mas, mesmo no que tange à sucessão, parece inexistir, na cultura grega, uma fronteira temporal entre as duas modalidades de pensar. De acordo com JAEGER (1989, p. 131-132), a interpenetração, na epopéia homérica, entre os elementos lógico e mítico é tão estreita, que mal se pode separá-los. Apontando a similitude entre a concepção expressa nos poemas homéricos, segundo a qual o Oceano é a origem de todas as coisas, e a concepção de Tales de Mileto, que considera a água o princípio original do mundo, conclui JAEGER (*ibidem*) que "a filosofia jônica da natureza sucede à epopéia sem solução de continuidade." E acrescenta:

"Em todas as partes da *Teogonia* de Hesíodo reinam a vontade expressa de uma compreensão construtiva e uma perfeita coerência na ordem racional e na formulação dos problemas. Por outro lado, a

sua cosmologia ainda apresenta uma irreprimível pujança de criação mitológica, que muito mais tarde ainda atua sobre as doutrinas dos 'fisiólogos', nos primórdios da filosofia 'científica', e sem a qual não se poderia conceber a atividade prodigiosa que se expande na criação das concepções filosóficas do período mais antigo da ciência." (JAEGER 1989, p. 132)

Inspirado no asserto de SCHWARTZ (1992, p. 18), de que os momentos de criação científica e artística são o resultado de complexas circunstâncias sociais, passo a descrever sucintamente o contexto no qual parece haver surgido a racionalidade lógica.

Os achados arqueológicos permitem reconstituir parcialmente a história da Grécia após o século XV a. C. (idade acaica [dos aqueus], também denominada micênica), desde quando os antigos estados situados no Peloponeso (entre os quais, Micenas, Tirinto e Pilos) conheceram elevado desenvolvimento cultural. Estenderam seu poder sobre várias ilhas do mar Egeu e comerciavam ativamente com Cipros (hoje, Chipre), a Fenícia e o Egito. Pelos fins do século XIII a. C., os estados acaicos, sob o comando de Micenas, empreenderam uma expedição bélica, referida na lenda como *a guerra de Tróia*.

Toda a sociedade acaica estava estruturada em um regime de servidão coletiva aos respectivos reis, tidos como divinos, que concentravam e unificavam em sua pessoa todos os elementos do poder e cuja competência se estendia às diversas atividades (militar, religiosa, econômica etc.). Para regulamentar, fiscalizar e regular toda a atividade econômica e social, recorria aos escribas, que compunham uma classe hierarquizada de dignitários do palácio. A fixidade incomum da escrita, no espaço e no tempo, sugere que a sua prática fosse privativa dos escribas.

Após o século XIII a. C., iniciou-se a invasão pelos povos dóricos, oriundos do norte, que fez perecer a esplêndida cultura acaica, sendo sepultadas pela areia as antigas cidades abandonadas e delas esquecendo-se as gerações seguintes. Uma das conseqüências dessas invasões foi a fuga dos antigos habitantes para a Eólia e para a Jônia, na Ásia Menor, onde se fundaram colônias gregas. Outra conseqüência foi o desaparecimento da escrita. Interessa-nos notar que a ruína do poder acaico e o incêndio dos palácios reais, no século XII a. C., foram acompanhados pela extinção tanto da dinastia dominante quanto daquele tipo de vida social, centrada em um rei divino. Isso repercutiu profundamente no povo grego, modificando-lhe o universo espiritual e transformando-lhe algumas atitudes. Atenas foi o único lugar da Grécia no qual a continuidade com a época acaica não sofreu ruptura brutal.

Rompidos os laços comerciais outrora vigentes, voltou-se o povo grego sobretudo para a agricultura e a pecuária, na idade compreendida entre os séculos XII e VIII a. C. A metalurgia do bronze foi substituída pela do ferro, trazida pelos dórios, e à prática da inumação sucedeu a incineração dos cadáveres. O povo organizou-se em tribos, cada uma conduzida por seu *basileu*, cujo poder era limitado pelo conselho dos antigos. Nesse ambiente, o povo percebeu um passado (a idade de bronze) distinto do presente (a idade do ferro; o mundo dos mortos afastou-se do mundo dos vivos, pois a cremação rompeu o vínculo entre o cadáver e a terra, concebido como elemento primordial, embora a regeneração pelo contacto com as energias telúricas tenha sido preservado nos mistérios eleusínios; e uma distância intransponível se instituiu entre os seres humanos e os divinos, pois se extinguiu a pessoa do rei divino. O testemunho mais antigo acerca dessa fase da cultura grega são duas epopéias (a *Ilíada* e a *Odisséia*) atribuídas a Homero. Outro documento importante é a obra de Hesíodo.

Nos séculos VIII e VII a. C., ocorreram diversos inventos, como a técnica de soldar e de fundir o ferro, aprimorou-se a indústria têxtil e restauraram-se vínculos comerciais, particularmente com os fenícios. Desses foi tomada a escrita, logo adaptada à transcrição mais precisa dos fonemas gregos, permitindo a instituição de leis por um povo ávido pela liberdade política. Tornou-se, então, uma prática comum que cada cidade empregasse um suposto sábio como legislador, distinguindo-se Solão em Atenas e Protágoras em Túrios. Já por volta de 650 a. C., o povo de Quíos inscrevera em um pilar de pedra a sua própria constituição. Dessa época data um acontecimento

decisivo na história da racionalidade, o surgimento da *pólis*, amálgama de cidade e estado. "A *pólis* é o marco social da história da formação grega" (JAEGER 1989, p. 73-74).

A restauração dos vínculos comerciais permitiu às pequenas comunidades de navegadores e comerciantes que viviam às margens do mundo grego (como Mileto, Abderos, Éfeso e Siracusas) um confronto estreito, prolongado e significativo com outras culturas que já haviam elaborado teorizações bastante diversas acerca dos fenômenos naturais. A percepção da diversidade de *cosmogonias* entre os vários povos com que comerciavam pode haver propiciado a tentativa de encontrar outras respostas às dúvidas suscitadas pela contemplação da natureza. Sobremodo na Jônia, cujos mercadores estavam habituados à exploração nos mares, se criou um ambiente no qual a curiosidade era estimulada e se iniciou a investigação dos diversos fenômenos, buscando-se submeter as realidades aparentes do mundo sensível à racionalidade lógica. De fato, foi em Mileto que nasceram Tales, Anaximandro e Anaxímenes, três pensadores que inauguraram um modo singular de considerar a natureza, fornecendo os elementos fundamentais à física grega, de Demócrito a Aristóteles. A Tales é atribuída a primeira investigação lógica dos fenômenos geométricos; a Anaximandro, o conceito de lei física; e a Anaxímenes, o princípio de que uma mesma substância pode manifestar-se em várias formas, isto é, de que pode transformar-se.

O exame da doutrina de Anaximandro revela que o papel central caberia ao *equilíbrio* inerente à natureza, ao qual todo o cosmos estaria submetido ou, talvez melhor, o *kosmós* seria a própria ordem decorrente desse equilíbrio. Do ponto de vista espacial, esse equilíbrio manifestar-se-ia na equidistância entre os corpos. Assim, enquanto Tales supunha que a Terra flutuasse sobre a água, Anaximandro pensava que ela pairasse no ar. Mas não seria sustentada pelo ar, como depois foi sugerido por Anaxímenes, pois, estando situada no centro da esfera celeste, isto é, à mesma distância de todos os pontos dessa esfera, não teria motivo para mover-se em uma direção qualquer, privilegiando-a. (Notemos, *en passant*, que argumentos de simetria tampouco são estranhos à física contemporânea.) O recurso a argumentos geométricos para descrever o mundo físico rompeu definitivamente com as antigas concepções religiosas, que supunham uma pluralidade de planos, associado cada um deles a um nível de potência divina, e instaurou o modo lógico de racionalidade, distinto da racionalidade mítica. A concepção do mundo proposta por Anaximandro foi contemporânea com a nova ordenação do espaço social, consagrada na edificação da *pólis* que, embora sofresse modificações diversas ao longo do tempo, desde o seu início se caracterizou por dois elementos:

- a) A primazia concedida ao centro, onde já não ficavam palácios reais mas a *ágora*, praça pública que constituía não apenas o centro geométrico urbano mas também o centro de equilíbrio do poder político.
- b) A forma de convivência social fundada na *isonomia*, "a igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder" e pela "extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder" (VERNANT 1984, p. 34 e 42).

A fim de estudar o valor político da palavra no instituto da *pólis*, distinguirei três fases na cultura grega.

- a) Na primeira fase, as decisões acerca do destino coletivo eram deliberadas, em segredo, pelos aristocratas que, depois, as anunciavam ao público. A educação tinha caráter moral e militar, sobretudo. A função da palavra era recitar antigos poemas tradicionais, que glorificavam as origens das cidades, e enunciar alguns preceitos religiosos e a sabedoria dos provérbios, transmitida oralmente de uma geração à outra.
- b) Na segunda fase, a palavra se tornou rainha. Essa fase foi concomitante à instituição da *pólis*, na qual todos os cidadãos tinham o direito de intervir nos tribunais e de tomar a palavra nas assembléias nas quais se decidiria o destino coletivo. E a discussão era praticada na *ágora*, praça pública, espaço social inteiramente novo em torno do qual estava centrada a cidade, como outrora se centrara em torno do palácio real.

Nessa fase, na qual toda a Grécia se deixou encantar pela palavra, foi criada para ela uma nova *tekhnê*, termo que encerra simultaneamente a idéia de um invento e de um saber aplicado: a *retórica*. E, como em várias culturas o aparecimento de uma nova *tekhnê* é contemporânea com o surgimento de uma nova profissão, a nova democracia grega propiciou o advento de professores de retórica que ensinassem a arte de argumentar e de convencer, tanto nos tribunais, que tratavam dos assuntos privados, como nas assembléias, que tratavam dos quesitos públicos. Tais professores foram os *sofistas*, se bem que, inicialmente, seu ensino se voltasse para aqueles que desejavam tornar-se dirigentes do Estado. Vale lembrar que o termo *sophía* designava, inicialmente, *habilidade em um ofício*. Por extensão, passou a denotar *o saber* e *a prudência*. Por restrição, significou *a prudência em negócios do Estado*. *Sophistês* era o praticante da *sophía*. Por restrição, a pessoa hábil na oratória e capaz de ensiná-la.

Foi também essa uma fase na qual se acentuou o conflito entre duas tendências, uma conservadora e outra, reformadora. A tendência conservadora vinculava-se a uma visão de um mundo que integrava os fenômenos naturais com os fenômenos sociais. Segundo essa visão, a aristocracia deteria o poder por que, *naturalmente*, era ela a detentora da capacidade política e da *aretê*, um atributo próprio da nobreza; as leis da *pólis* remontariam aos deuses, devendo portanto todos os cidadãos obedecer a elas; os deuses seriam onnipresentes, devendo os humanos cuidar em não lhes desagradar; os costumes e os princípios morais dos gregos corresponderiam ao desejo dos deuses. A tendência reformadora, que remontava aos pensadores jônicos, negando a origem divina das leis e a necessidade de se privilegiar uma parte da sociedade em detrimento da outra, concorreu para dissolver as crenças religiosas e, de certa forma, poderia conduzir à desordem social. Com efeito, como à isonomia entre os cidadãos correspondesse a *isotimia* entre as diversas opiniões, multiplicaram-se as diversas concepções do mundo; e a própria experiência sensorial passou a ser denunciada pelos integrantes da escola eleática como fonte de opiniões ilusivas. Tal conflito exacerbou-se em Atenas, na época de Péricles (os meados do século V a. C.), confrontando-se uma tradição que já não atendia às exigências da sociedade e um novo modo de pensar que talvez fosse subserviente a tais exigências. Foi nessa época que surgiu Sócrates.

Sócrates proclamava nada saber. Logo, ao invés de discorrer sobre um dado tema, propunha repetidas perguntas aos interlocutores, conduzindo-os, às mais das vezes, a contradições. Por isso, é considerado o criador da técnica de demonstração denominada *redução ao absurdo*, muito usado na matemática, e do método denominado *maieûtica*, pelo qual ele se apresentava como um parteiro espiritual. Geralmente, as perguntas iniciais referiam-se à nomenclatura em uso. Como Sócrates recusasse os exemplos propostos como respostas, conduzia os interlocutores a apresentarem definições, sendo, por isso, considerado o inventor da conceituação. Mas, como no curso dos diálogos, freqüentemente se evidenciasse a insuficiência do saber tradicional, foi considerado um sofista por seus contemporâneos. A despeito de a sua *paidéia* considerar que *o saber é o alimento do espírito*, em contraposição aos sofistas, que praticavam o tipo de educação habitual até hoje, o dramaturgo Aristófanes, em sua peça *As Nuvens*, retrata a Sócrates como um arquisofista. Acusado de não reconhecer os deuses do Estado, de introduzir novos deuses e de corromper a juventude, foi Sócrates condenado à morte.

c) Alguns dos mais promissores e brilhantes jovens atenienses haviam irrompido, inescrupulosa e ambiciosamente, na vida pública de Atenas. Entre eles estavam Alcibiádes e Crítias. Alcibiádes incitou demagogicamente o povo a romper o acordo de paz com Esparta, anteriormente pactuado por Nícias, em 421 a. C. Em seguida, propugnou a conquista da Sicília e, malogrando esse empreendimento, passou-se para Esparta. Crítias, violentamente antidemocrático e favorável a Esparta, voltou a Atenas, depois da derrota desta, mostrando-se o mais inclemente e sanguinário dos trinta tiranos impostos pela cidade rival. Alcibiádes e Crítias coincidiam em haverem sido discípulos dos sofistas e de Sócrates, em serem ateus e em haverem abandonado as normas vigentes. Acabada a ditadura dos trinta tiranos, o povo ateniense estava cansado das guerras e da ditadura, propiciando o retorno às tradições e a suspeita contra o uso da palavra. Platão, um outro discípulo de Sócrates, sonhava com a restauração dos diálogos do mestre. Mas as autoridades já não tolerariam a discussão pública que atentasse contra a ordem instituída, devendo a prática filosófica restringir-se a ambientes privados. Nessas

condições, Platão fundou a sua academia, substituindo a argumentação oral pelos diálogos escritos. Nessa terceira fase, a escrita se sobrepôs à palavra. Mas, embora dispusesse desse novo recurso, mais resistente à corrosão do tempo, não se preocupou Platão tanto em consignar com exatidão os feitos das personagens que figuram em seus diálogos mas em reviver na escrita a voz que os atenienses pretenderam fosse definitivamente silenciada.

Concluamos este capítulo, apontando as três atitudes perante a racionalidade mítica que foram adotadas após o surgimento da racionalidade lógica.

a) A primeira atitude foi impugnar vigorosamente as descrições míticas correntes. Assim, por exemplo se exprimiu o rapsodo Xenófanes de Colofão:

"Os etíopes dizem que os seus deuses são negros e de nariz chato, os trácios dizem que têm olhos azuis e cabelos vermelhos." (Apud BORNHEIM 1967, p. 32.)

Não faltam pensadores contemporâneos que discordem da rejeição dos mitos. Leia-se, como exemplo, esta sentença que contém um audacioso jogo de palavras:

"Que haja, em determinada cultura ou em certo estágio da Cultura, algo que supere o mítico e o deixe na situação de *ultrapassado*, é certamente noção que provém de um mito ainda não reconhecido como tal." (SOUSA 1978, p. 6)

b) A segunda atitude foi recorrer ao *mythos* para fundamentar o *lógos*. Encontramo-la, por exemplo, na obra de Platão, permeada por narrativas míticas, retomadas à tradição, remanejadas ou, mesmo, por ele inventadas.

c) A terceira atitude consistiu em interpretar o *mythos*, subordinando-o ao *lógos*. Aos estóicos devemos a elaboração de uma exegese, segundo a qual os mitos revelam visões sobre a natureza profunda das coisas, visões essas expressas em linguagem figurada. Essa exegese é a origem do método *alegórico*, desde então freqüentemente usado, e uma das fontes da psicanálise, já manifesta em uma das primeiras obras de Sigmund Freud, *die Traumdeutung* [a interpretação dos sonhos]. Nas palavras de SONTAG (1987, p. 13-14), "o eterno projeto da interpretação" constitui "uma estratégia radical para conservar, mediante sua recomposição, um texto antigo por demais precioso para ser repudiado".

#### Referências:

ANDERY 1996; BAILLY 1950; BASTOS 1992; BRANDÃO 1993; BURKE 1991; CASSIN 1990; CHÂTELET 1994; DROZ 1997; ELIADE 1956; ELIADE 1957; JAEGER 1989; LÓPEZ 1979; LUCE 1994; MANFRED 1977; MAZZOLENI 1992; MORRIS 1973; MOSTERÍN 1984; ROBLEDO 1994; RONAN 1987; RUSSEL 1948; SCHMIDT 1974; SCHÜLER 1992; SOUSA 1978; TRINDADE-SERRA 1991; VERNANT 1984; VAN DEN BORN 1971; VAN DER WAERDEN 1955; VEYNE 1971.